

Diário da Assembleia

Nº 2.432

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 1970

ANO IX

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

3.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Constituição das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

LISTA DE PRESENÇA

FRANCISCO ESCORSIN ARENA
ARTHUR DE SOUZA ARENA
DAVID FEDERMANN ARENA
GABRIEL MANOEL ARENA
HAROLDO BIANCHI ARENA
OLÍVIO BELICH ARENA
LEOPOLDO JACOMEL ARENA
ABRAHÃO MIGUEL ARENA
AGNALDO PEREIRA LIMA ARENA
ALENCAR FURTADO MDB
AMADEU PUPPI ARENA
ANTÔNIO LOPES JÚNIOR ARENA
ERMANDO QUEIROZ ARENA
ARNALDO BUSATO ARENA
EMÍLIO CARAZZAI ARENA
ERONDIY SILVEIRO ARENA
EURICO ROSAS MDB
FABIANO BRAGA CORTES ARENA
FUAÐ NACLI ARENA
IGO LOSSO ARENA
IVO TOMAZONI ARENA
JOÃO MANSUR ARENA
JORGE SATO ARENA
LUIZ CRUZ ARENA
LUIZ MALUCCELLI ARENA
NELSON BUFFARA MDB
OLAVO FERREIRA ARENA
OLIVIR GABARDO MDB
OVIDIO FRANZONI ARENA
PAULO CAMARGO ARENA
PAULO POI ARENA
PINTO DIAS ARENA
ROBERTO GALVANI ARENA
ROBERTO WYPYCH ARENA
SEME SCAFF ARENA
SÍLVIO BARROS MDB
TÚLIO VARGAS ARENA
WILSON FORTES ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Francisco Escorsin.
1.º Vice-Presidente: Arthur de Souza. 2.º Vice-Presidente: David Federmann. 1.º Secretário: Gabriel Manoel. 2.º Secretário: Haroldo Bianchi. 3.º Secretário: Olívio Belich. 4.º Secretário: Leopoldo Jacomel.

COMISSÕES TÉCNICAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PRESIDENTE: Emílio Carazzai (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)
ARENA: Ivo Thomazoni — Arnaldo Busato — Paulo Poi — Abrahão Miguel — Paulo Camargo — Armando Queiroz — Luiz Renato Malucelli — Túlio Vargas
M.D.B.: Nelson Buffara
Suplentes:
ARENA: Antônio Lopes Júnior — Olavo Ferreira — João Mansur — Pinto Dias — Luiz Cruz — Wilson Fortes — Ovidio Franzoni — Roberto Galvani — Fabiano Braga Côrtes — Amadeu Puppi
M.D.B.: Olivir Gabardo — Sílvio Barros
Secretário: Maria Amália Cesar Cercal de Oliveira
Reuniões: Quartas-feiras

COMISSÃO DE FINANÇAS
PRESIDENTE: Roberto Galvani (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Sílvio Barros (M.D.B.)
ARENA: Ovidio Franzoni — João Mansur — Paulo Poi — Roberto Wypych — Wilson Fortes
Suplentes:
ARENA: Antônio Lopes Júnior — Seme Scaff — Pinto Dias — Ivo Thomazoni — Luiz Cruz — Igo Lossó — Amadeu Puppi
M.D.B.: Alencar Furtado
Secretário: Lélío Guimarães Soto-Maior
Reuniões: Quintas-feiras

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PRESIDENTE: Paulo Poi (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Olivir Gabardo (M.D.B.)
ARENA: Abrahão Miguel — Seme Scaff — Aguinaldo Pereira Lima
Suplentes:
ARENA: Wilson Fortes — Luiz Cruz — Roberto Galvani — Ovidio Franzoni
M.D.B.: Sílvio Barros
Secretário: José do Canto Filho
Reuniões: Condiçionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PRESIDENTE: Abrahão Miguel (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Sílvio Barros (M.D.B.)
ARENA: Jorge Sato — Fuað Nacli — Roberto Galvani — Luiz Renato Malucelli — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Ovidio Franzoni — Aguinaldo Pereira Lima — Luiz Cruz — Pinto Dias — Antônio Lopes Júnior — João Mansur — Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Carmem Aparecida Fregonese

Reuniões: Condiçionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Sílvio Barros (M.D.B.)

ARENA: Roberto Galvani — Olavo Ferreira — Aguinaldo Pereira Lima

Suplentes:

ARENA: Fabiano Braga Côrtes — Igo Lossó — João Mansur — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Antônio Lacerda Braga Neto

Reuniões: Terças e Sextas-feiras

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Igo Lossó (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Côrtes — Seme Scaff

M.D.B.: Alencar Furtado

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Jorge Sato — Túlio Vargas — Armando Queiroz — Fuað Nacli

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Gilberto Felix da Silva

Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Ovidio Franzoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Eurico Rosas (M.D.B.)

ARENA: Arnaldo Busato — Amadeu Puppi — Paulo Camargo

Suplentes:

ARENA: Emílio Carazzai — Igo Lossó — Seme Scaff — Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Lóris Cordeiro de Barros

Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Igo Lossó (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Aguinaldo Pereira Lima (ARENA)

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: Abrahão Miguel — Emílio Carazzai — Luiz Cruz — Wilson Fortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Ivo Gusso

Reuniões: Condiçionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)

ARENA: Igo Lossó — Luiz Cruz — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior — Abrahão Miguel — Seme Scaff — Amadeu Puppi

M.D.B.: Sílvio Barros

Secretário: Ney Rodrigues

Reuniões: Quintas-feiras

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Aguinaldo Pereira Lima (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Eurico Rosas

Suplentes:

ARENA: Igo Lossó — Olavo Ferreira — Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Roberto Diniz Satyro

Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: João Mansur (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Nelson Buffara (M.D.B.)

ARENA: Seme Scaff — Pinto Dias — Roberto Galvani

Suplentes:

ARENA: Luiz Cruz — Paulo Camargo — Luiz Renato Malucelli — Igo Lossó

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Gilberto Felix da Silva

Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Luiz Renato Malucelli (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Seme Scaff (ARENA)

ARENA: Wilson Fortes — Pinto Dias

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: João Mansur — Luiz Cruz — Fabiano Braga Côrtes — Arnaldo Busato — Olavo Ferreira

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Maria Stella M. A. Gurgel

Reuniões: Condiçionadas à matéria de sua competência

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura
Ata da 3.ª Sessão Ordinária
Realizada em 3 de Abril de 1970

Presidência do sr. deputado David Federmann, secretariada pelos srs. deputados Leopoldo Jacomet e Abrahão Miguel.

As 10.00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olívio Belich, Leopoldo Jacomet, Agnaldo Pereira Lima, Arnadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Abrahão Miguel, Arnaldo Bussato, Emílio Carrazzi, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacif, Igo Lasso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olavo Ferreira Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Sílvio Barros, Túlio Vargas e Wilson Fortes (37).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declarou aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :
Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, respeitando o Regulamento Interno, depois de ouvido o Plenário, Requer seja oficiado ao exmo. sr. Secretário dos Negócios da Fazenda, o seguinte pedido de informações em seu inteiro teor:

1.º) — Quantas firmas existem no Paraná que, atualmente, se dedicam à indústria de formol e de madeira aglomerada e prensada e em resinas sintéticas?

2.º) — Qual a contribuição, em valor das mesmas com o I.C.M. na arrecadação estadual?

3.º) — Quais os favores fiscais concedidos às mesmas?

4.º) — Em outros Estados, as mesmas indústrias gozam de favores? Quais?

5.º) — No caso de resposta afirmativa ao item anterior, o Estado do Paraná o tem feito em defesa das indústrias aqui instaladas?

JUSTIFICATIVA:
Senhores Deputados, o objetivo deste requerimento é atual, e palpante, pois diz respeito à vida econômica do Paraná, na sua parte que ainda podemos definir como básica, ou seja a que diz respeito à indústria de madeira.

Em estudos realizados pelos técnicos do Banco do Desenvolvimento do Paraná chegou-se à conclusão que o desenvolvimento industrial do nosso Estado, quanto à disponibilidade de matérias primas, deverá assentar-se em nossas duas principais riquezas, o xisto pirotetaminoso e a madeira, que tem, ainda, no Paraná o seu maior, produtor nacional.

A madeira industrializada é representada por seu uso na fabricação de células e papéis, mobiliário e utensílios e na construção civil.

Dispondo da matéria básica que é o pinho, a indústria de móveis continua em pleno desenvolvimento ocupando um notável lugar em nossa economia e apresentando fabuloso índice de crescimento.

Nossas indústrias usam o pinho para enchimento e as madeiras nobres, para revestimento em forma de chapas coladas.

Prevedo a extinção de nossas reservas florestais, o Governo vem desenvolvendo planos de incentivo, sob a forma de financiamento, para novas indústrias como as de madeira aglomerada, na qual com processos de adição de colas e resinas, são aproveitados até mesmo resíduos de pinho que, até então, nem para a fôrma serviam.

Com essas indústrias novas e com os planos de reflorestamento o Paraná garante o seu lugar de primeiro produtor.

Note-se que falamos há pouco, em financiamento e diga-se que esses financiamentos revestem aos investimentos em forma de capital e juros assumidos como revestem aos financiadores.

O industrial paranaense não goza de outros favores.

Agora, estamos, através da imprensa, sabendo que, existe no setor industrial madeireiro do Brasil um privilégio, inconstitucional, discriminatório, com profundas implicações sociais, econômicas e políticas que começa a enegrecer os horizontes paranaenses.

Trata-se do favoritismo tributário instalado no Estado do Rio Grande do Sul, que, fomentando o monopólio, representa uma enorme ameaça ao futuro da nossa economia.

O que, realmente, ocorre é que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a título de estímulo fiscal, concedeu às indústrias de madeiras aglomeradas, resinas e formol, que funcionam naquele Estado a devolução total do I.C.M. pago e, isso, no prazo de 5 (cinco) dias.

Isso equivale dizer que o Rio Grande tem condições para, em pouco tempo, liquidar com todas as indústrias que funcionem no Paraná.

Óra, senhores Deputados, aqui estamos para representar e defender os interesses do Paraná.

Teremos que voltar ao assunto e, desde já, solicitamos o apoio dos senhores, o qual, para este requerimento agradecemos.

Sala das Sessões, em 1.º de abril de 1970.

(a) Fabiano Braga Côrtes

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.
Para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Nesta oportunidade, queremos apenas fazer a justificação de uma injustiça que ontem praticamos quando demos um aparte ao discurso brilhante do nobre deputado Antônio Lopes Júnior.

Dissemos que há mais de um ano toda a imprensa do Paraná estava vetada ou estava impossibilitada de escrever sobre o que falássemos aqui

desta tribuna, porque não seguíamos a orientação política do sr. Governador do Estado.

Entretanto, quando demos esse aparte o nosso objetivo era contra o órgão oficial do Estado, que é "O Estado do Paraná", o qual não sabemos se pertence ao sr. Governador. Se não pertence ao sr. Governador, pelo menos deve pertencer ao grupo do sr. Governador do Estado e que, certamente, somente publica as matérias do interesse de S. Exa.

Faço esta retificação pela injustiça que cometi ontem, principalmente para com um grande jornal desta Capital que é o "Diário do Paraná". Toda vez que o pequeno grupo independente desta Casa ocupa a tribuna, ou a não a ocupa, ou então oferece apartes aos srs. Deputados este jornal "Diário do Paraná", traz, nas notas políticas, em síntese, o pensamento que aqui expendemos.

Portanto, não gostaria que ficasse pairando no espírito dos srs. Deputados esta injustiça que, involuntariamente, estava cometendo contra este órgão da imprensa do Estado do Paraná.

Fica aqui, portanto, a nossa retificação. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado João Mansur.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente e srs. Deputados.

Dando prosseguimento à nossa presença na tribuna, queremos comunicar à Casa que, ontem era a "Tribuna de Imprensa" que fazia e trazia revelações sobre os desmandos administrativos do nosso Estado; hoje, é a revista "Veja" que também estampa, levando para fora das divisas do Paraná, o retrato da administração pública do Paraná, e, pelo que vemos, o sr. Governador do Estado do Paraná perdeu o controle da imprensa nacional, razão porque, órgãos da imprensa do nosso País começam a se preocupar com os desmandos administrativos.

Eu disse na última sessão, e pedi ao líder do Governo nesta Casa...

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Eu estava atendendo a uma visita, razão porque não entendi bem o início do discurso de V. Exa. Parece-me, no entanto, que V. Exa. teria afirmado da tribuna de que o sr. governador Paulo Pimentel perdera o controle da imprensa nacional? Não me consta que o Governo do Estado seja acionista dos órgãos de divulgação do País! O Governo do Estado nunca teve controle da imprensa, no País!

O SR. JOÃO MANSUR — V. Exa. é inteligente, e sabe de sobra o que eu quis dizer.

Veja, nobre deputado Erondy Silvério que, no final da minha oração quando pela última vez ocupei esta tribuna, eu pedi a sua ajuda, e V. Exa. assumiu o compromisso comigo; e eu tinha razões para isso, porque, vejamos srs. Deputados, que ainda há bem pouco tempo — neste instante eu o digo, ao qualificar a vivacidade do nosso Governador — quando procurava envolver até o sr. Ministro da Justiça, o inteiro professor Alfredo Buzaid, quando um jornal publicava uma nota maledicente — que eu considero maledicente — dizendo, a nota, que o Governador do Paraná havia contratado os serviços do escritório do sr. ministro da Justiça Alfredo Buzaid, para defender o Estado no caso do ICM da madeira, e outros; vejamos os srs. Deputados, maledicência dessa nota, envolvendo a respeitabilidade daquele homem público que hoje ocupa o Ministério da Justiça.

O sr. Erondy Silvério — Procurando atingir a honra do sr. Ministro da Justiça, e também a do sr. Governador do Estado!

O SR. JOÃO MANSUR — Quem quis atingir?

O sr. Erondy Silvério — A nota maledicente, porque honrado não é o sr. Ministro da Justiça, mas também o Governador do Paraná.

O SR. JOÃO MANSUR — V. Exa. então concorda comigo em que a nota fora maledicente?

O sr. Erondy Silvério — Atingiu não somente a honra do sr. Ministro da Justiça, mas também a honra do Governador do Estado do Paraná, que é um homem que por todos os títulos merece o respeito de todos os paranaenses.

O SR. JOÃO MANSUR — Concordo plenamente com V. Exa., nobre Deputado, quando diz que a nota é maledicente, e concordo quando diz que ela tentara atingir a honra não só do sr. Ministro, mas o próprio sr. Governador. Mas, pasmem os srs. Deputados: — que a nota — e aí vem confirmar mais uma vez que o sr. Governador perdeu o controle da sua própria imprensa — é do seu próprio jornal, "O Estado do Paraná".

O sr. Erondy Silvério — Isto é imparcialidade do sr. Governador, o próprio jornal do Governo publicar uma nota maledicente!

O SR. JOÃO MANSUR — "O Estado do Paraná" do dia 25 de novembro diz a nota, que o Estado do Paraná, contratou o Escritório do Ministro da Justiça, vejamos os srs. aonde eles querem chegar, contratou o escritório do ministro Alfredo Buzaid. Aliás, eu não vejo nada demais que o Governo do Paraná, não encontrando no seu corpo de consultores jurídicos, um dos melhores brilhantes que o Paraná tem, seja obrigado a procurar o escritório do sr. Ministro da Justiça para contratar estes serviços, que dizem respeito aos interesses do nosso Estado, porque no Paraná não encontramos homens...

O sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas, nobre Deputado, para trazer ao conhecimento dos srs. Deputados, fatos que se relacionam com o ministro Alfredo Buzaid, quero dizer que, por circunstâncias várias, conheço perfeitamente a idoneidade, a inteligência e a cultura do sr. ministro Alfredo Buzaid. E todos nós sabemos que o Ministro, Professor emérito em São Paulo, mantendo ainda sua profissão de professor e advogado excelente e extraordinário que é, quando o Estado do Paraná se viu envolvido em problemas do ICM, que se relacionava com madeira e café, procurou os serviços deste Escritório. E verdade que naquele tempo procurou os serviços de um advogado, e é uma barba ridade pensar-se que, sendo hoje um Ministro, com uma Pasta de tamanha importância, agora na sua posição de responsável pelos problemas de um ministro, não tenha se desvinculado deste escritório, porque a idoneidade deste ministro precisa ficar resguardada acima de qualquer suspeita, pois que o ministro Alfredo Buzaid é um homem que goza de um grande respeito, de uma moral ilibada, dentro das funções que ele sempre exerceu.

O SR. JOÃO MANSUR — Nobre Deputado, honrado com o seu aparte quero esclarecer a V. Exa. que desde o início, eu já defendia a honrabilidade deste eminente professor, hoje Ministro da Justiça.

O sr. Armando Queiroz — Apenas eu queria concluir, nobre Deputado, dizendo que a nota nada tem a ver, ela apenas se refere às intrigas existentes entre o Ministro e o sr. Governador do Estado.

O SR. JOÃO MANSUR — Bem, como vê V. Exa., no sou eu que sou, é o próprio jornal do sr. Governador.

Sinceramente, no entanto mais nada, se é o Governo que orienta estas notícias, então não sei qual o objetivo das informações trazidas por este jornal. E apenas para um rápido esclarecimento, conheço e respeito muito o sr. Ministro, e sei a razão pela qual S. Exa. ocupa hoje o cargo da Pasta da Justiça. Apenas eu queria colocar nos seus devidos termos, para que os srs. tomem conhecimento, a notícia de que o Governo do Estado procura envolver homens de responsabilidade deste País.

Mas, sr. Presidente, srs. Deputados, quando apresentamos a esta Casa o requerimento de pedido de informações sobre a importação que nós consideramos ilegal, de arame farpado, pela Secretaria da Agricultura do Paraná, requerimento este que via de regra, foi rejeitado por esta Casa, mais tarde, recebemos extra-oficialmente, em papel timbrado do "O Estado do Paraná", mas que não traz assinatura de ninguém, alguns esclarecimentos que me permitiu ler a fim de que os srs. Deputados tomem conhecimento, porque aquele nobre debate ficou em nossa viagem. Então, diz a nota: "Dias atrás foi abordado nesta Casa a questão da importação de arame farpado da Bélgica, pelo Fundo de Equipamento Agropecuario da Secretaria da Agricultura, colocando-se em dúvida, pelo tom dos debates, a lisura da transação."

A título de esclarecimento e para remover possíveis dúvidas permitimo-nos tecer considerações em torno do assunto, levando em documentação encaminhada a esta Liderança pelo senhor Assis Raphael do Valle, diretor do Fundo de Equipamento.

Dessa importação, dispõe o Fundo de Equipamento Agropecuario da Secretaria da Agricultura, atualmente, em estoque e a disposição dos interessados, 79.557 róis de vinte quilos e 41.924 de 32 quilos, distribuído entre as diversas agências do órgão no interior e na Capital.

O preço médio de venda estabelecido pelo Fundo é de NCr\$ 37,10, trinta e sete cruzeiros novos e dez centavos) por rolo de 32 quilos, computadas as despesas de fretes, cabendo ressaltar que o arame farpado de procedência belga é considerado da melhor qualidade no mercado internacional.

A importação foi autorizada com dispensa de concorrência pública, pelo excelentíssimo senhor Governador do Estado, "...com dispensa de concorrência..." e é aí que queremos chegar.

Foi confirmada aquela nossa dúvida, apesar de que o documento não traz assinaturas de ninguém. Confirma que aquela importação foi feita sem concorrência pública, portanto e por essa razão, centenas de milhares de róis de arame se encontram estocados na Secretaria da Agricultura, sem comercialização, porque a Secretaria da Agricultura não tem condições de concorrer com o comércio do Paraná. Comércio que, como eu disse, sofre e desassistido, que paga seus impostos, para funcionários, paga aluguel e, em contrapartida, a Secretaria da Agricultura, que conta com tudo isso gratuitamente, não pagando nem funcionários, nem impostos, nem aluguel, vende o arame 10 mil cruzeiros mais caro que o comércio do Paraná, razão porque...

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. disse à Casa e anunciou a todo o Paraná que lá trazeu provas de negociações escusas do Governo. V. Exa. não está provando nada, com o arame. V. Exa. iniciou seu discurso, acusando o Governo do Estado de ter contratado, talvez com outras intenções, o escritório do hoje Ministro da Justiça, escritório de advocacia. V. Exa. quis estabelecer um laço entre o Governo e o atual Ministro. V. Exa. não disse à Casa que quando o Governo do Estado contratou os serviços de advocacia, o sr. Alfredo Buzaid não era Ministro da Justiça. V. Exa. não disse isso à Casa.

V. Exa. também não disse que interesses escusos dos madeireiros do Paraná estavam em jogo nesta questão do ICM da madeira. E que este jornal circulou na Mesa dos senhores Ministros do Supremo Tribunal quando do julgamento da questão e que o Estado do Paraná perdeu 13 bilhões de cruzeiros em favor dos madeireiros do Paraná. V. Exa. tem que contar esta história à Casa.

O sr. JOAO MANSUR — Eram tão escusas as transações que os madeireiros ganharam no Supremo Tribunal...

O sr. Erondy Silvério — Eu trouxe à Casa os esclarecimentos sobre a compra do arame e V. Exa. não...

O sr. JOAO MANSUR — Sr. Presidente, peço a V. Exa. que faça cumprir o Regimento Interno da Casa.

Eram então estas as transações que os madeireiros ganharam na Suprema Corte do nosso País...

O sr. Erondy Silvério — Ganham em detrimento dos interesses do Estado do Paraná.

O sr. JOAO MANSUR — Sr. Presidente, requeiro a V. Exa. faça cumprir o Regimento Interno. Se estou com a palavra, peço seja garantida a minha presença nesta tribuna.

O sr. PRESIDENTE — (Faz soar os tambores). Está com a palavra o sr. deputado João Mansur.

O sr. JOAO MANSUR — Srs. Deputados, não fui eu — já que insistem nesta tecla — não fui eu quem disse, razão por que considero maliciosa e maledicente a nota. É "O Estado do Paraná" que diz. Não precisaria ter dito isto. Poderia dizer que o Governo do Estado contratou o Escritório de São Paulo, mas não poderia nunca dizer que contratou o Escritório do Ministro da Justiça. Sei que quando foi contratado, o sr. Buzaid não era ainda Ministro da Justiça.

O sr. Erondy Silvério — Mas V. Exa. não disse à Casa que sabia.

O sr. JOAO MANSUR — Mas lá queria chegar e provar a maledicência desta nota.

O sr. Erondy Silvério — Agora está confessando.

O sr. JOAO MANSUR — V. Exa. não está com aparte. Peço que solicite apertes, que concederei.

Queria provar a maledicência desta nota, procurando implicar a honrabilidade desse homem público. Mas, se uma importação de milhões de cruzeiros feita sem concorrência pública não é irregularidade, então não sei o que será irregularidade.

Em todo o caso este documento veio confirmar o que eu disse, que aquela importação fora feita sem concorrência pública.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte?

O sr. JOAO MANSUR — Apenas um minuto para eu não perder o raciocínio desta leitura importante.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. tem escrito e não vai perder o raciocínio, mas eu não posso perder a oportunidade de dizer que não houve concorrência pública porque foi aprovado pelo órgão competente do Ministério da Fazenda e houve tomada de preços no mercado nacional. Sabemos que o melhor arame do mundo é o belga e foi feita tomada de preços por uma companhia importadora. Eu trouxe a documentação e, na oportunidade, V. Exa. deu-se por satisfeito e elogiou o Governo.

O sr. JOAO MANSUR — V. Exa. assumiu o compromisso comigo, naquela oportunidade, de...

O sr. Erondy Silvério — Se for confirmada esta acusação de que alguém se locupletou, pedirei, aqui desta tribuna, a prisão de quem fez isto. V. Exa. não traz provas.

O sr. JOAO MANSUR — Tenho provas de que a importação fora feita sem concorrência pública. E de que centenas de milhões de róis estão estocados e não podem ser vendidos. Mas isto não representa nada para a economia paranaense, porque quem vai pagar os preços somos nós mesmos.

Mas, vejamos. Além de terem feito uma importação ilegal, sem concorrência pública, ainda eles querem passar atestados de "anjos" a esta Casa. Diz a nota "sobre a importância de colocar ao acesso da pecuária arame farpado de alta qualidade e por baixo preço". Meu Deus, onde é que estamos!

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte?

O sr. JOAO MANSUR — "Acredito ser ocioso discorrer, visto que a maioria dos nobres srs. Deputados procedentes do interior paranaense..." Talvez seja isto. Por sermos procedentes do interior, querem nos impedir esta afirmação.

"É notória a necessidade de aperfeiçoamento das condições de manejo de nossas fazendas, através de implantação de invernadas ou pastagens cercadas para o aprimoramento da zootécnica com reflexos na qualidade do produto da mais alta produtividade."

Realmente, a Secretaria da Agricultura, através desta importação e colocando arame farpado a baixo preço com facilidades a todos os pecuaristas do Paraná, está contribuindo para o desenvolvimento da pecuária de nosso Estado.

O sr. Erondy Silvério — Obrigado.

O sr. JOAO MANSUR — Mos o que aconteceu é que 150 mil róis de arame estão aí estocados sem condições de venda, porque o comércio do Paraná vende muito mais barato que a Secretaria da Agricultura de nosso Estado.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, V. Exa. já passou para outro tópico sem debater o primeiro. Quero que V. Exa. prove a ilegalidade da importação deste arame. Quando V. Exa. trouxe as provas, aí então iremos ouvir uma Comissão de Inquérito contra o atual Secretário da Agricultura. Quando V. Exa. trouxe as provas, porém, de que a ilegalidade da importação foi feita. Porque, importação ruinosa é uma coisa, e ilegal é outra.

O sr. JOAO MANSUR — Importação sem concorrência pública, é ilegal; só V. Exa. entende que não o é...

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. sabe perfeitamente que seguem todos os trâmites legais uma importação. Cerca-se ela de todos os cuidados. A firma importadora fez o levantamento de preços, a tonada de preços, em todas as praças produtoras da Europa. V. Exa. sabe disso. V. Exa. passou, contudo, para outro tópico, e eu acho que primeiro V. Exa. tem que provar o primeiro, o da legalidade da importação.

O sr. JOAO MANSUR — V. Exa. que é tão zeloso no trato da coisa pública...

O sr. Erondy Silvério — Não tão zeloso quanto V. Exa....

O sr. JOAO MANSUR — Eu me permito suspender o debate em torno deste assunto, se V. Exa. como disse, tão zeloso no trato da coisa pública, se comprometer, e eu tenho certeza de que assim o fará, porque V. Exa. é como eu, e como os demais membros desta Casa, e nada mais deseja senão o esclarecimento à opinião pública de nosso Estado no encaminhamento dos dinheiros públicos...

O sr. Erondy Silvério — Eu sei onde V. Exa. quer chegar. Não sou advogado, nem V. Exa. o é. Esta Casa tem muitos advogados. E todos nós sabemos que, nos tribunais, o "ônus da prova cabe a quem acusa". Por isso sei onde V. Exa. quer chegar. Mas, vou adiantar, não vou tomar tempo de V. Exa. V. Exa. tem que provar. Mas V. Exa. não trouxe as provas, não trouxe os documentos que indicam que a importação foi ilegal. V. Exa. traga este documento que eu serei o primeiro Deputado a subscrever um requerimento, solicitando abertura de uma Comissão de Inquérito.

O sr. JOAO MANSUR — Nobre Deputado, para abreviar, V. Exa. falou aqui em tomada de preços internacionais, segundo entendi.

A Secretaria não fez a concorrência pública, mas sim uma tomada de preços. De forma que V. Exa. devia, assim, fazer uma fineza a um companheiro seu, para melhor esclarecimento, porque posso estar incorrendo em erro...

O sr. Erondy Silvério — ...e está mesmo...

O sr. JOAO MANSUR — Posso estar mesmo. Posso estar enganado, quem sabe o arame que está estocado...

O sr. Erondy Silvério — Aí já é outro assunto.

O sr. JOAO MANSUR — Se esse arame tem razão de ser da estocagem. Quem sabe se a Secretaria pediu um preço muito alto, e não consegue mesmo vender. Posso estar enganado. De modo que se V. Exa. trouxesse esta tomada de preços internacional nós poderíamos abreviar a nossa discussão. Afinal nós ainda estamos nos debates preliminares. V. Exa. tem insistido comigo para que eu traga provas. Quero dizer a V. Exa. que assumo o compromisso, neste instante, perante a Casa e o povo do Paraná que jamais assomaria a tribuna para atacar quem quer que seja, sem provas, de modo que todo o assunto que foi debatido nesta Casa, o será com provas. Então, nobre Deputado, para que V. Exa. tenha uma ideia de que o que debatemos nesta Casa é com provas, eu tenho aqui dois processos com provas fundamentais. Então pediria esta gentileza a V. Exa., a fim de abreviarmos completamente esta nossa discussão, pois estamos tomando tempo dos srs. Deputados desta Casa e do povo do Paraná, e se V. Exa. concordasse comigo e tenho a certeza V. Exa. vai concordar, nós facilitaríamos completamente os nossos trabalhos e daríamos ao Paraná, um exemplo de trabalho, um exemplo de nossa fiscalização nos atos públicos, se V. Exa. concordasse que constituíssemos, aqui, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com acesso a diversas repartições, porque assim teríamos mais facilidade para chegarmos à conclusão dos fatos, e não demoraria tanto como quando se trata de pedidos de informações.

O sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, resumindo os debates que estão sendo feitos nesta Casa, poderíamos chegar à seguinte conclusão, baseada nos dados fornecidos no decorrer do discurso de V. Exa.: disse V. Exa. que existem 150 mil róis de arame farpado estocados na Secretaria da Agricultura. Disse mais V. Exa.: que os preços desse arame estão acima do preço normal do comércio. Mas todos nós sabemos, Ilustre Deputado, que qualquer mercadoria tem seu preço estimado, baseado, na qualidade da mesma.

O nobre deputado Erondy Silvério afirmou, aqui, que este arame da Se-

cretaria é da melhor procedência internacional, vem da Bélgica que, como todos nós sabemos, é onde se produz o melhor arame, o mais aceito, porque é, realmente, o de melhor qualidade. Agora, sr. Deputado, restaria sabermos se esse arame que é vendido pelo comércio por um preço mais baixo é da mesma qualidade do que está estocado na Secretaria da Agricultura. E se esta for a realidade, então, poderemos dizer que essa importação foi ruínoza.

Era o aparte que queria oferecer a V. Exa.

O SR. JOAO MANSUR — Já disse, nobre Deputado, da outra vez que ocupei a tribuna, que há igualdade de condições de qualidade, e com mais um agravante, porque o arame que o comércio está vendendo atualmente foi adquirido há pouco tempo, enquanto que o da Secretaria está estocado há dois anos. E isso com graves prejuízos à economia de nosso Estado. A importação dessa mercadoria, vamos admitir, se não foi ilegal foi ruínoza. Mas quem vai arcar com as consequências é o contribuinte, como sempre acontece com negócios mal feitos.

Mas, nobre Deputado, V. Exa. é do interior, é bacharel, ilustre e brilhante, e a quem muito respeitamos, mas eu, infelizmente, não possuo o brilho, a cultura de V. Exa., não pude concluir meus estudos.

O sr. Armando Queiroz — Mas nada destrui sua argumentação.

O SR. JOAO MANSUR — ... trago apenas a experiência da vida, e o que herdai de meu pai, a honradez e a lealdade a meus próprios companheiros.

Mas, como diz, nobre Deputado, aqui no Paraná, infelizmente, está havendo uma inversão de valores, a força do poder é que deveria ter maior zelo no trato das coisas públicas e nunca prepotência, mas, isso, infelizmente, aqui não acontece. E nós, Deputados, precisamos trazer ao povo, ao Paraná inteiro, esses esclarecimentos. O povo precisa saber o que está se passando. V. Exa. sabe disso, o Líder do Governo também. Aliás, S. Exa. o nobre Líder do Governo, disse ontem que o Governo estava vigilante, punindo com demissões os funcionários mal intencionados, ou relapsos, o que não é verdade. Nós sabemos, perfeitamente, de um caso gravíssimo que ocorreu há pouco tempo, esse elemento foi aquinhado com um alto cargo vitalício em nosso Estado.

Isso é responsabilidade, sr. Deputados?

Mas, sr. Deputados, aguardo novos esclarecimentos, e suspendo, mais uma vez, este debate sobre o caso do arame farpado, porque não quero cometer.

O sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. está afirmando a falta de concorrência com relação a operação do arame. Gostaria de indagar de V. Exa., se V. Exa. tem conhecimento da metragem dos róis de arame. O arame belga vem em róis de dois tamanhos. Um ról padrão de 400 metros e outro de 320 metros. A indagação que faço, é se V. Exa. tem conhecimento, se esse arame adquirido pela Secretaria é de 400 ou 320 metros.

O SR. JOAO MANSUR — A Secretaria, parece-me que tem dois tipos de arame, um de 350 metros e outro de 400 metros, por ról. Tem em estoque à vontade, pode escolher, só o preço é que não convém a ninguém.

O sr. Sílvia Barros — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. fez da tribuna uma série de afirmativas que suscitam uma indagação de minha parte. V. Exa. quando revela a ausência de concorrência pública, evidentemente foi constatada, de vez que se procedeu a tomada de preços. Ao mesmo tempo V. Exa. afirma que foi uma operação ruínoza, em decorrência da falta de concorrência. Com muita propriedade entende que alguém deve ser responsabilizado por essa operação ruínoza, quando se trata de dinheiro público, o que entendemos perfeitamente válido. O que desejo indagar de V. Exa. é o seguinte: Acha V. Exa. que o mercado produtor nacional tinha condições de suprir a falta de 150 mil róis de arame?

O SR. JOAO MANSUR — Com certeza, nobre Deputado.

O sr. Sílvia Barros — Então, nobre deputado João Mansur, acredito eu que ali está um flagrante desrespeito aos postulados vigentes, estatuidos por leis federais porque, segundo nosso entendimento, não se poderia, naquela oportunidade, e acredito ainda hoje, importar produtos cuja produção seja levada a efeito dentro dos limites do território nacional.

O SR. JOAO MANSUR — Não havia entendido bem sua pergunta. V. Exa. perguntou se a indústria nacional tinha condições de suprir o Estado. Não tenho certeza se a indústria poderia suprir, mas os estoques dos comerciantes do Paraná tinham condições de suprir. Não sei se grande parte desse arame era importado através das firmas importadoras. Mas existia, como existe hoje no comércio brasileiro, arame suficiente para suprir todas as necessidades dos pegueiristas nacionais, tanto de arame nacional como importado. O que não concordamos, é com essa ajuda que a Secretaria quer dar aos pecuaristas do Paraná.

De modo sr. Deputados, que fica suspenso mais uma vez o assunto do arame farpado e vamos aguardar que o nobre Líder do Governo faça a gentileza de chegar às nossas mãos essa tomada internacional de preços, sem concorrência pública, foi boa e atendeu aos interesses do Paraná e dos pecuaristas do Paraná.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Estamos aqui debatendo o assunto com V. Exa. e defendendo uma administração em que acreditamos, não só nós como o povo do Paraná, uma administração que deu, através de um trabalho fecundo e produtivo, novas esperanças ao povo do Paraná quanto ao desenvolvimento deste grande Estado. Uma administração que por três longos anos foi endossada por V. Exa. V. Exa. sabe, muito bem, que não estamos aqui fazendo a defesa do Governo na qualidade de líder porque já nos afastamos da liderança. Portanto não assumi compromisso com V. Exa. de trazer alguma coisa a esta Casa oficialmente, em nome do Governo.

Vou pesquisar, vou solicitar à Secretaria da Agricultura na qualidade de Deputado, não na qualidade de líder. Estarei defendendo o Governo enquanto acreditar na honestidade e retidão de atitude do Governo. Estarei defendendo porque acredito, como o povo do Paraná acredita, na grande administração de Paulo Pimentel. Que fique bem claro isto.

O SR. JOAO MANSUR — V. Exa. trouxe os esclarecimentos.

O sr. Erondy Silvério — Naquela oportunidade, era líder do Governo.

O SR. JOAO MANSUR — Agora não é mais?

O sr. Erondy Silvério — Não sou.

O SR. JOAO MANSUR — Lamento muito. E confesso...

O sr. Erondy Silvério — Muito obrigado.

O SR. JOAO MANSUR — Confesso que o Governo perde um grande líder nesta Casa.

O sr. Erondy Silvério — Muito, obrigado.

O SR. JOAO MANSUR — Se me fosse permitido apelar para o Governo pediria que V. Exa. permanecesse para poder contar com o brilhantismo

de sua defesa no interesse do Governo do Estado. Aguardaremos o novo Líder do Governo. Mas fazemos o que V. Exa. sabe reconhecido a este posto, porque como disse V. Exa. se conduziu muito bem e procurou harmonizar as bancadas da ARENA independentemente, da ARENA ortodoxa, da ARENA revolvida. V. Exa. tem muita habilidade para dirigir os destinos desta Casa.

Sr. Presidente, não sei ainda de quanto tempo eu disponho.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. dispõe de vinte minutos.

O SR. JOAO MANSUR — O tempo é um pouco escasso e a próxima matéria é muito mais séria e é daquelas que, tenho certeza, contarei, do meu lado, com o apoio do deputado Erondy Silvério, uma vez que as provas são contundentes.

Vou bem, deputado Erondy Silvério, V. Exa. sempre procura misturar, envolver o nome do Governador do Estado.

Ale agora, não o seque. Estou acusando falhas na administração do Estado. Ale agora, não disse que foi o sr. Paulo Pimentel que cometeu as irregularidades.

Estou acusando e trazendo provas de que houveram irregularidades. E estas irregularidades têm que ser apuradas a fim de verificar se foi o Secretário, se foi o Chefe de Departamento. Alguém tem que ser responsável. O povo do Paraná não pode ser responsabilizado por esses desmandos. O povo já está cansado de pagar impostos e de sofrer.

Na próxima sessão voltaremos. Tomo a liberdade — agora não sei, porque a Casa está sem a presença do Líder do Governo, — de encaminhar a consideração dos sr. Deputados um requerimento de pedido de informações — mas peço aos sr. Deputados, peço como paranaense, peço como representante do povo, analisem bem os termos deste pedido, isso é muito importante para o encaminhamento dos nossos debates aqui nesta Casa, queremos esclarecimento, nossa intenção não é atacar a quem quer que seja, esclarecimentos isto sim, para que aí nas ruas não sejamos interpelados pelo povo, e não tenhamos essas condições de explicar certos e determinados negócios.

Agora, diz o requerimento: (Lê)

"Serhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno e ainda das disposições Constitucionais vigentes, requer, através do Plenário, sejam solicitadas ao excelentíssimo senhor Secretário de Viação e Obras Públicas, as seguintes informações:

1.º — Quantos trechos de estrada foram contratados pelo D.E.R. no corrente ano de 1967?

2.º — Quais as firmas contratantes?

3.º — Qual o volume de serviço atribuído a cada firma, especificando o valor de cada serviço;

4.º — Se houve concorrência pública para a contratação desses serviços? Caso tenha havido dispensa de concorrência, especificar para que trechos e quais as firmas beneficiadas;

5.º — Informar se os preços contratados obedecem a uma tabela uniforme e única; caso haja variedades de tabelas ou preços, especificar qual o atribuído a cada firma.

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1970.

Como viram os Srs. Deputados, é apenas um pedido de informações, para esclarecer esta Casa.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Eu não presiei muita atenção ao ano a que se refere o pedido de informações de V. Exa.

O SR. JOAO MANSUR — Ao ano de 1.968.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. deveria incluir 1.967, 68 e 1.969. Isto não é um compromisso de que eu vote favoravelmente, mas como sugestão a V. Exa.

O SR. JOAO MANSUR — Se V. Exa. assume o compromisso de liderar a bancada da ARENA, eu transformo para 1.967.

O sr. Erondy Silvério — Já disse a V. Exa. que não sou mais o Líder, entretanto meu dever é orientar a bancada, até que o sr. Governador do Estado haja por bem designar outro Deputado para me substituir na liderança, até lá meu dever é orientá-la. Não posso assumir compromisso, apenas a título de sugestão, gostaria que também 1.967 fosse incluído.

O SR. JOAO MANSUR — Aceito a sugestão de V. Exa., que foi muito oportuna, e fiquem certo sr. Deputado, que estas informações serão muito valiosas para esta Casa, a fim de que nós possamos dar encaminhamento aos nossos debates e escutarmos o povo do Paraná sobre certas dúvidas que temos a respeito de certos aspectos da administração do nosso Estado.

Sr. Presidente, sr. Deputados, terminando esta oração, eu me permito apresentar a esta Casa um projeto de lei, variando nos seguintes termos: (Lê):

"Projeto de Lei n. 36-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É vedado às companhias de Economia Mista, das quais o Governo do Estado participe como acionista majoritário, quer diretamente, quer através de seus órgãos, fundações, autarquias ou outras sociedades de economia mista, incluir em seus estatutos dispositivos prevendo a participação de seus diretores, a qualquer título, nos lucros que porventura produzirem.

2.º — Os proventos, tais pagos a qualquer título a diretores de Sociedades de Economia Mista não poderão ser superiores, em nenhuma hipótese, aos que forem atribuídos aos Secretários de Estado.

Art. 3.º — As Companhias de Economia Mista, de cujos estatutos constarem dispositivos prevendo a participação de seus diretores nos lucros que eventualmente produzirem, deverão alterar seus estatutos, excluindo os dispositivos sobre a participação de diretores em seus lucros, dentro do prazo de 90 dias contados da data da publicação da presente lei.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1970.

(a) João Mansur

JUSTIFICATIVA:

O exercício de cargos públicos, em qualquer escalão, deve ser encorajado como um serviço e um ônus que se impõe em benefício da coletividade, aos cidadãos que possuem suficiente espírito para protestar-los e apoiá-los. As responsabilidades de diretores de companhias de economia mista, por maiores que possam ser, não podem ser consideradas mais graves do que as suportadas, por outros titulares de cargos públicos, como por exemplo, os dignos Secretários de Estado.

Via de regra, os diretores de companhias de economia mista estatais não participam ponderavelmente de seu capital, não correndo, consequentemente, os riscos a que estão sujeitos os diretores das sociedades anônimas

particulares, das quais os diretores são grandes acionistas ou detentores da maioria do seu capital, fato que justifica a sua participação nos lucros que produzem.

Os detentores de funções e cargos públicos, segundo a filosofia da Revolução, não devem ser participantes das receitas e lucros do Governo, tanto assim que dispositivo foi incluído em nossa Constituição, nossa Magna Carta, vedando a participação de funcionários em muitas, o que vale dizer não ser qualquer outra remuneração que não sejam os proventos normais dos cargos exercidos por qualquer serventário, permanente ou transitório.

Grande número de companhias mistas estatais não prevêm em seus estatutos, qualquer participação de diretores em seus resultados." — Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à ORDEM DO DIA, com a presença de 37 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado João Mansur, lido da tribuna. Necessita de apoio. — Apoiado. Iria à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante do Expediente, conforme boletim avulso já distribuído aos srs. Deputados.

Redação Final — do Projeto de Lei n. 162-69, doando ao Grêmio Estudantil "19 de Abril", madeirame do prédio do Grupo Escolar David Carneiro, considerado impréstito para o Serviço Público, ambos no Município de Guapirama. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 162-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica doado ao Grêmio Estudantil "19 de Abril", o madeirame do prédio do Grupo Escolar "David Carneiro", considerado impréstito para o serviço público, ambos sediados no município de Guapirama.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de janeiro de 1.970

aa) Ivo Tomazoni — Presidente, Agnaldo Pereira Lima — Relator, Olivir Gabardo

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 31-69, de autoria do dep. Paulo Poli, que transfere ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria as estradas que liga Marechal Cândido Rondon até o Rio Iguaçu, passando por Mercedes, e a outra, Arroio Guacu, passando por Nova Três Passos. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.F.. — Aprovado.

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 22-69, de autoria do dep. Abraão Miguel, transferindo ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga Mandaguari à Astorga, numa extensão de 30 (trinta) quilômetros. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.O.P.T.C.. — Aprovado.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 270-69, de autoria do dep. Erondy Silvério, declarando de Utilidade Pública e Fundação de Estudos Sociais do Paraná. — Parecer favorável da C.C.J.. — Aprovado.

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 266-69, de autoria do Dep. Luiz Cruz, criando em conformidade com a Lei n. 5.821 de 3-8-68, uma Inspeção Regional de Ensino, com sede e área de jurisdição no Município de Santo Inácio, e dá outras providências. — Parecer favorável da C.C.J.. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 266-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada, em conformidade com a Lei n. 5.821, de 3 de agosto de 1.968, uma (1) Inspeção Regional de Ensino, com sede e área de jurisdição no Município de Santo Inácio.

Art. 2.º — Fica o disposto no artigo anterior, fica incluído no art. 6.º, da Lei n. 5.821, de 3 de agosto de 1.968, os seguintes cargos de provimento em comissão:

No inciso I, um (1) Inspetor Regional de Ensino, símbolo 3-C;

No inciso III, um (1) Inspetor de Ensino Médio, símbolo 6-C; e,

No inciso IV, um (1) Inspetor de Ensino Primário, símbolo 14-C.

Art. 3.º — As despesas com a execução do disposto nesta Lei serão atendidas, no corrente exercício financeiro, pela verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1.969

(a) Luiz Cruz

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 269-69, de autoria do dep. Erondy Silvério, que declara em Estado de Calamidade Pública, o Município de Morretes e dá outras providências. — Parecer favorável da C.C.J.. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 269-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado em estado de calamidade pública, o município de Morretes.

Art. 2.º — Fica autorizado o Poder Executivo a abrir crédito extraordinário no valor de NCr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos), aos órgãos competentes da Administração Estadual, destinado a atender as despesas decorrentes do socorimento sócio-econômico de Morretes, nos termos do art. 33, § 4.º, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1.969.

(aa) Erondy Silvério — Luiz Renato Malucelli, Nelson Buffara

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n. 269-69

1) — O presente plano de lei, de autoria dos nobres Deputados Erondy Silvério, Luiz Renato Malucelli e Nelson Buffara, visa declarar em Estado de calamidade pública o Município de Morretes, e autoriza, também, o Poder Executivo a abrir um crédito extraordinário do valor de NCr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos), para os fins que especifica.

2) — Dito plano de lei vem articulado e foi justificado em plenário, atendendo disposição constante no Regimento Interno.

3) — O projeto em questão não fere qualquer disposição, quer de ordem legal, quer de ordem constitucional. Quanto a sua oportunidade, não há o que se discutir.

Em face do exposto, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28 de janeiro de 1.970

(aa) Silvio Barros — Presidente, Ivo Tomazoni — Relator, Luiz Renato Malucelli, Antônio Lopes Júnior

Discussão Única — da Proposição n. 720-67 — Ofício n. 9-580-67, da Câmara Municipal de Cambé, encaminhando cópia de Requerimento de autoria do Vereador Roberto Conceição, no qual solicita deste Poder Legislativo, seja oficiado ao Presidente da República, sugestão para nomeação de um jurista paranaense ao Supremo Tribunal Federal. — Parecer da C.C.J. pelo Arquivamento. — Aprovado o Parecer.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER A PROPOSIÇÃO N. 720-67

1. — A presente proposição contém correspondência da Câmara Municipal de Cambé, solicitando que o Poder Legislativo Estadual oficie ao Exmo. Sr. Presidente da República, sugerindo nomeação de um jurista paranaense para o Supremo Tribunal Federal.

2. — Ocorre que essa sugestão já foi encaminhada anteriormente ao Chefe do Executivo Federal, razão pela qual a presente proposição perdeu sua oportunidade.

3. — Assim s.m.j., opinamos pelo arquivamento da mesma.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 1.969

(aa) Emílio Carrazzi — Presidente, Abraão Miguel — Relator, Silvio Barros, Haroldo Bianchi, Ivo Tomazoni

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando o envio de ofício ao sr. Secretário da Fazenda, solicitando informações. — Adida a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur, lido da tribuna, solicitando informações ao sr. Secretário de Viação e Obras Públicas. — Adida a discussão para a próxima sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando outra para a próxima segunda-feira, dia 6, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 237-69;

3a. Discussão — dos Projetos de Lei ns. 22-69, 270-69;

2a. Discussão — dos Projetos de Lei ns. 226-69; 269-69;

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 360-69;

Discussão Única — da Proposição n. 835-67.

Levanta-se a Sessão.